

SUMÁRIO

I

INTRODUÇÃO AO DIREITO COMPARADO E AO SEU RAMO ADMINISTRATIVISTA 15

Gianne Lima

Introdução	15
1. O percurso histórico do Direito Comparado: de instrumento de comércio até seu desenvolvimento como ciência	17
1.1 Os primórdios da comparação jurídica	17
1.2 A origem do direito comparado moderno	18
1.3 A consolidação científica do direito comparado.....	20
2. Qual Direito Comparado? As muitas comparações possíveis	21
2.1 As muitas comparações possíveis	21
2.2 Os diferentes propósitos analíticos.....	23
3. Os grandes sistemas: a divisão entre <i>civil law</i> e <i>common law</i> ainda é útil? ...	25
3.1 As origens das ideias de famílias jurídicas.....	26
3.2 As principais famílias jurídicas.....	28
3.3 Desafios e críticas à classificação.....	30
4. O Direito Administrativo Comparado	31
4.1 Formas de encarar diferenças entre direitos administrativos	32
4.2 A proposta de Eduardo Jordão	33
4.3 Os desafios do Direito Administrativo Comparado.....	34
4.4 As condições para o Direito Administrativo Comparado.....	40
5. Conclusão	40
6. Bibliografia	41

II

DIREITO ADMINISTRATIVO COMPARADO – UM PANORAMA GERAL 43

Alexandre Santos de Aragão

I – Introdução.....	43
II – França	44
III – Alemanha	51
IV – Itália	52
V – Espanha.....	55
VI – Portugal.....	59
VII – Argentina.....	62
VIII – Inglaterra.....	65
IX – Estados Unidos	68
X – Conclusões.....	76
XI – Bibliografia.....	78

III

DOIS MODELOS EPISTÊMICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL NO DIREITO COMPARADO 81

André Tosta

1. Introdução	82
2. Direito como conhecimento e diferentes concepções da relação entre Direito Administrativo e Poder Executivo.....	83
3. Comparação dos modelos de conhecimento administrativo.....	89
3.1 Semelhanças	91
3.2 Diferenças.....	92
4. Direito Romano-germânico	105
4.1 França	105
4.2 Alemanha.....	119
5. <i>Common law</i>	138
5.1 Reino Unido.....	138
5.2 Estados Unidos	150
6. Conclusões.....	162
Bibliografia	163

IV

DIREITO ADMINISTRATIVO: EXPANSÃO, CENTRALISMO E GLOBALISMO – AS PISTAS DADAS PELO DIREITO COMPARADO 173

Rafael Arruda Oliveira

Introdução	173
1. Prolegômenos de direito comparado: qual a sua razão de ser?	175
2. Direito Administrativo em mais de 200 anos.....	182
2.1 A influência europeia	188
2.2 A influência estadunidense	191
2.3 Arremates parciais.....	192
3. Expansão, centralismo e globalismo: o transadministrativismo.....	194
4. Considerações finais	211
5. Referências bibliográficas	211

V

OS ESTADOS IMPACTADOS PELO COLONIALISMO E OS CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA..... 215

Sophia Guimarães

Introdução	215
1. As pretensões do Império criam uma estrutura de dominação	216
1.1 O cotejo entre as estratégias de dominação da Espanha e da Grã-Bretanha	217
1.2 A comparação entre a colonização britânica e a francesa, quando coexistiram em territórios fronteiriços	222
2. O início do aparelhamento burocrático molda-se à gestão colonial	226
2.1 A estrutura administrativa implementada pela Coroa Britânica deu os contornos particulares ao momento fundacional da burocracia..	228
3. As escolhas do Império influenciam a trajetória política pós-independência	234
3.1 O potencial explicativo da dependência da trajetória ("path dependence")	236
3.2 A correlação entre o modelo de gestão colonial e a capacidade do Estado contemporâneo em promover o desenvolvimento socioeconômico	237
3.2.1 Estudo comparado sobre as variações do Índice de Desenvolvimento Humano.....	241
3.3 A correlação entre a representação dos povos colonizados no aparelho burocrático, o grau de estabilidade "inicial" do Estado, e os regimes de governo pós-independência	249
3.4 A correlação entre a seletividade da instrução formal e a composição moderna da burocracia nacional.....	259
4. Considerações finais	261
5. Referências	261

VI

AS AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NORTE-AMERICANA: ATÉ QUE PONTO É POSSÍVEL LIMITAR O CONTROLE DO PRESIDENTE SOBRE A BUROCRACIA ESTATAL? 263

Caio César Alves Ferreira Ramos

Introdução.....	263
1. A implantação das agências reguladoras independentes como instrumentos institucionais destinados a limitar o controle do Presidente dos EUA sobre a burocracia estatal estadunidense	266
2. A consolidação do modelo de agências reguladoras independentes no âmbito da jurisdição constitucional norte-americana	272
2.1 <i>Humphrey's Executor v. United States</i> (1935).....	272
2.2 <i>Wiener v. United States</i> (1958).....	274
2.3 <i>Morrison v. Olson</i> (1988)	276
3. A limitação do modelo de agências reguladoras independentes em face das prerrogativas constitucionais do Presidente dos EUA como Chefe do Poder Executivo.....	283
3.1 <i>Free Enterprise Fund v. Public Company Oversight Board</i> (2010)	283
3.2 <i>Seila Law v. Consumer Financial Protection Bureau</i> (2020) e <i>Collins v. Yellen</i> (2021).....	285
3.3 <i>Lucia v. Securities and Exchange Commission</i> (2018).....	287
3.4 <i>United States v. Arthrex, Inc.</i> (2021).....	289
4. Conclusão	293
5. Bibliografia.....	295

VII

MODELOS REGULATÓRIOS: COMPARATIVO ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL E OS QUANGOS NA INGLATERRA..... 299

Isabella Tanuy Gonçalves

Introdução.....	299
1. <i>Quangos</i> na Inglaterra.....	300
1.1 Origem do termo.....	300
1.2 Conceito.....	301
1.3 Histórico e origem.....	303
1.4 Estrutura institucional	305
1.5 Principais críticas e medidas recentes.....	306

2. Agências reguladoras brasileiras	307
2.1 Origem e histórico	307
2.2. Regime jurídico e competências	308
3. Análise comparativa.....	311
4. Conclusão	315
5. Referências bibliográficas	316

VIII

AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES NA “EUROPA LATINA” 319

Paulo André Espírito Santo

Introdução	319
1. Autoridades administrativas independentes na denominada “Europa Latina”	321
1.1 França	323
1.2 Itália.....	330
1.3 Portugal	337
1.4 Espanha	341
2. Algumas comparações com as autoridades administrativas independentes brasileiras.....	345
3. Conclusão	350
4. Referências	352

IX

OS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO COMPARADO E AS PERSPECTIVAS PARA O MODELO BRASILEIRO 357

Gustavo Binenbojm

Renato Toledo Cabral Junior

Introdução: os contratos como instrumentos de atuação da Administração Pública no Brasil e no mundo.....	358
1. O modelo francês dos <i>contrats administratifs</i>	359
2. O modelo inglês e a aposta no direito privado	370
3. O modelo alemão: da negação do contrato no direito público ao <i>öffentlich-rechtlicher Vertrag</i>	374
4. Perspectivas brasileiras à luz do direito comparado	378
4.1 O modelo francês como arquétipo para os contratos administrativos brasileiros	378

4.2 O modelo inglês e a busca por equilíbrio nos contratos administrativos brasileiros	381
4.3 Influências do modelo alemão e os novos paradigmas da contratualidade administrativa.....	385
5. Conclusões	388
6. Referências	389

X

EXORBITÂNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE COMPARADA E SOB A ÓTICA DA TEORIA DA INCOMPLETUDE CONTRATUAL	393
---	------------

Lucas Martins Magalhães da Rocha

Introdução	393
1. Delimitação do conceito de exorbitância nos contratos administrativos para fins deste artigo.....	395
2. Breves notas sobre o método de análise comparada	396
3. Exorbitância nos sistemas romano-germânicos e <i>common law</i>	397
4. Exorbitância, imperatividade e pragmatismo.....	406
5. A questão sob a ótica da teoria da incompletude contratual.....	410
6. Conclusões.....	413
7. Bibliografia	414

XI

SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO COMPARADO, AS PENDULARES INFLUÊNCIAS SOBRE O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO SETOR PORTUÁRIO	415
---	------------

Daniel Bento

Introdução: direito comparado e método.....	416
1. Objeto de comparação: modelos de ordenação de atividades econômicas lato sensu de relevante interesse coletivo.....	419
1.1 O serviço público francês	420
1.2 Concepção norte-americana de <i>public utilities</i>	424
1.3 Noção alemã de <i>Daseinsvorsorge</i>	428
1.4 Serviços de interesse econômico geral na União Europeia	434
2. Tendente relativização das diferenças entre os modelos comparados.....	439
3. Pendulares influências externas no Brasil em distintos momentos históricos.....	450
4. O exemplo da regulação dos portos	457
5. Conclusão	468
6. Referências bibliográficas	471

XII**PARTICIPAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PAÍSES SULAMERICANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ARGENTINA, COLÔMBIA, PERU E EQUADOR 475***Marcella Simões Penello Meirelles*

Introdução	475
1. Participação administrativa no Brasil: audiências e consultas públicas e outras formas de participação	479
2. O caso argentino: um tratamento padronizado para o Poder Executivo Federal	482
3. O caso colombiano: a participação como poder-dever constitucional	490
4. O caso peruano: a obrigatoriedade legal de audiências públicas em temas amplos.....	498
5. O caso equatoriano: a participação administrativa em uma Constituição do século XXI.....	504
6. Considerações finais	506
7. Referências bibliográficas	507

XIII**OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS NOS ESTADOS CONTEMPORÂNEOS: APROXIMAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA JUDICIAL E JUSTIÇA ADMINISTRATIVA 509***Felipe Salathé*

Introdução	509
1. Os “tipos ideais” de justiça judicial e justiça administrativa	512
2. A mitigação das fronteiras entre os modelos de jurisdição una e dual.....	516
2.1 Variações de classificação a depender do ponto de vista.....	516
2.2 Aproximação entre os sistemas de justiça judicial e justiça administrativa.....	518
3. Aproveitamentos das reflexões para o caso brasileiro.....	526
4. Conclusões	529
5. Bibliografia.....	530

XIV**UM ESTUDO COMPARADO DA NORMALIZAÇÃO 535***Youssef Yunes Borges Pires*

Introdução	535
------------------	-----

1. O objeto jurídico comparado: sistemas de normalização	537
1.1 Normalização e seus aspectos gerais	537
1.2 O paradigma: Sistema Brasileiro de Normalização	540
2. Comparatística	545
2.1 Reino Unido.....	545
2.2 Estados Unidos	548
2.3 França	550
2.4 Espanha	557
3. Conclusão	559
4. Referências	560

XV

O USO DE ALGORITMOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS: PERSPECTIVAS LEGISLATIVAS NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	563
--	------------

Hellen Ferreira Divan

Introdução	563
1. Algoritmos e inteligência artificial na mira	566
1.1 Conceito e funcionalidade	566
1.2 Como se relacionam com <i>big data, machine learning e deep learning?</i>	569
2. Algoritmos e inteligência artificial no controle.....	570
2.1 Inteligência humana versus inteligência artificial.....	571
2.2 Dimensões de juridicidade das decisões administrativas apoiadas em algoritmos	574
2.2.1 Motivação dos atos administrativos algorítmicos	575
2.2.2 Transparência e explicabilidade <i>versus</i> opacidade algorítmica	577
2.2.3 Impessoalidade e igualdade <i>versus</i> vieses algorítmicos ilícitos.....	582
3. Perspectivas legislativas no Brasil e na União Europeia	584
3.1 <i>EU Artificial Intelligence Act (AI Act)</i>	585
3.2 Projeto de Lei no Brasil.....	587
4. Conclusão	589
5. Referências	590